

Empresários estão contra a semana de 4 dias nos Açores

O presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (CCIA), Mário Fortuna, manifestou a sua discordância em relação à eventual introdução da semana de trabalho de quatro dias no arquipélago, considerando tratar-se de um “crime económico”.

“Espartilhar as empresas em modelos que não asseguram a competitividade, é, no nosso entender, um crime económico, até porque é acabar com atividades económicas e isso equivale a perder empregos e perder população”, advertiu o empresário, durante uma audição na Comissão de Política Geral do parlamento açoriano, reunida em Angra do Heroísmo.

Mário Fortuna referia-se a uma proposta de resolução, apresentada pelo deputado único do Bloco de Esquerda na Assembleia Legislativa dos Açores,



António Lima, que recomenda a introdução de um projeto-piloto na região, da semana de trabalho de quatro dias no setor público e no setor privado.

“A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores é contra esta recomendação,

por não se vislumbrar qualquer benefício para a competitividade, antes pelo contrário. Haverá perda de capacidade de todo o sistema económico e social, e até político”, advertiu o patrão dos empresários açorianos.

No seu entender, a introdução deste projeto-piloto no setor público empresarial, ou seja, nas empresas públicas regionais, iria também dificultar as contas públicas, na medida em que iria provocar um aumento de custos para o executivo.

“Concretizar este projeto no setor público empresarial é aumentar os custos da economia, agravando a produtividade e a competitividade, e ainda mais, a sustentabilidade das finanças públicas”, considerou Mário Fortuna.

António Lima, o deputado proponente, lembrou que a sua proposta não repre-

senta nenhuma “imposição legislativa”, na medida em que é apenas um projeto de resolução com recomendações ao Governo, além de ser uma medida de adesão voluntária, que será aplicada apenas por quem estiver interessado.

“Não será nenhuma imposição a nenhuma empresa ou setor de atividade a implementação da semana de quatro dias, mas sim um projeto de adesão voluntária e, portanto, adere quem quer”, esclareceu o parlamentar bloquista, acrescentando que esta iniciativa “não é, por isso, suscetível de criar dificuldades à economia”, ao contrário do que refere a CCIA.

A nível nacional, já está a decorrer um projeto-piloto para a redução do horário laboral, sem perda de rendimento para os trabalhadores, mas que não teve, até agora, grande adesão nos Açores.

Intensificada as ligações marítimas comerciais interilhas

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, acaba de assinar, com os armadores que operam nos portos dos Açores, um memorando de entendimento, de acordo com o qual, se intensifica as ligações marítimas comerciais interilhas.

Segundo o documento, assinado com a Portos dos Açores, Mutualista Açoreana, Transinsular e GSLines, “o modelo de transporte marítimo não pode estar baseado apenas nas ligações diretas com o exterior”, pelo que se torna “necessária uma nova abordagem de modo a fortalecer o mercado interno, tornando-o mais eficiente e capaz de gerar mais-valias

para os pequenos produtores”.

O estudo encomendado pelo governo aponta para a promoção do tráfego local, quer nas ligações interilhas, quer na articulação com os serviços de cabotagem insular, e para a introdução de medidas de eficiência no sistema portuário da Região.

Nesse âmbito, o Governo dos Açores decidiu criar as condições necessárias para viabilizar o aumento da frequência nas ligações das ilhas de Santa Maria e Graciosa ao continente, sem que tal represente um aumento dos custos de operação sobre o transporte marítimo de mercadorias e, por consequência, dos

preços para os utilizadores finais, assim como para a promoção do tráfego local e para um progressivo e sustentado aumento da eficiência do sistema portuário da Região.

Posto isto, e como refere o memorando em questão, os armadores passam a incrementar, no imediato, as ligações dos serviços de cabotagem insular às ilhas de Santa Maria e Graciosa para uma frequência semanal, salvo caso de força maior.

Por seu lado, o Governo Regional, em conjunto com a Portos dos Açores, reduziu em 50% os atuais custos portuários, nomeadamente na Taxa de Uso de Porto,

Amarração e Pilotagem, suportados pelos Armadores, devidos por escalas semanais dos serviços de cabotagem insular (ou subcontratados por estes) nas ilhas de Santa Maria e Graciosa.

Entretanto, o Executivo açoriano e a empresa que gere os portos regionais vão desenvolver um estudo, em conjunto com entidades especializadas nesta matéria, relativamente à viabilidade do aumento do comprimento máximo e calado de navio admitido nos portos de Vila do Porto e Praia da Graciosa.

Esta é uma medida que deverá ser implementada até 30 de junho de 2025.

Rute Gregório é a nova Directora Regional da Ciência e Inovação

A professora Rute Gregório, da Universidade dos Açores, acaba de ser nomeada Directora Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, substituindo Flávio Tiago.

A nomeação foi publicada ontem em Jornal Oficial, com o governo a justificar “a formação, as reconhecidas capacidades técnicas e de chefia, bem como a respetiva experiência e relevante atividade profissional desenvolvida pela Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório, permitem-nos concluir pelo seu adequado perfil e pela posse dos requisitos estabelecidos na lei para o exercício do cargo”.

Rute Gregório tem um Doutoramento em História pela Universidade dos Açores (2006) e um Mestrado em Documentação pela Universidade de Alcalá de Henares, Espanha (2011).

Foi Professora Auxiliar da Universidade dos Açores entre 2006 e 2024 e Professora Associada da Universidade dos Açores, a partir de 2024.

É investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades, centro interuniversitário da FCSH – Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, desde (2004).

Tem publicado vários livros e artigos em revistas e orienta várias teses de



doutoramento na sua área de especialidade (de 1994 até ao presente).

Foi investigadora responsável e mem-

bro de equipas de investigação de projetos com financiamento público, entre (2008) e (2024).

Foi Pró-Reitora para os Alumni e Projetos Culturais da Universidade dos Açores, entre 2023 e 2024.

Foi Presidente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores entre 2021 e 2023.

Foi deputada, em regime de substituição, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores entre 2018 e 2019.

Foi Directora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada entre 2011 e 2017.